

PRESSÃO, CONTROLE, OLHAR VOLTADO AO MERCADO. EIS A USP

Paulo Hebmüller
Jornalista

Daniel Garcia



Debate sobre a "Nova CPA" em Encontro de Docentes no CDI em 6/6/16 opõe Reitoria e Adusp

Na USP, a “Nova CPA” e o Estatuto do Docente tendem a apertar cada vez mais o cerco das exigências do produtivismo acadêmico, juntando-se aos mecanismos já existentes na instituição, impostos por agências como Capes e Fapesp ou neles inspirados. Tudo isso se reflete na pressão por aumento de publicações, na redução dos prazos de conclusão de mestrados e doutorados, no debate sobre fusão de programas de Pós-Graduação e até no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), destinado à Graduação

Ainda em fase embrionária, uma discussão vem sendo levantada no Departamento de Línguas Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. A ideia é fundir os seis Programas de Pós-Graduação do departamento num só. Na base da proposta está a máxima de que “a união faz a força”: um Programa “maior” e unificado supostamente seria capaz de gerar números mais altos, especialmente nos índices de quantificação de publicações. Esses índices são uma das principais obsessões do chamado produtivismo acadêmico — um reino no qual o aumento quantitativo da produção científica não guarda relação com sua qualidade ou relevância. “É um processo que se naturalizou, se disseminou e hoje é praticamente onipresente. É impossível fazer o que quer que seja sem que tenhamos que lidar com alguma demanda de quantificação”, considera a professora Maria Sílvia Betti, docente no (por enquanto) Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês. “Tenho a sensação de que essa proposta vai acabar sendo implantada”, diz a professora sobre a ideia de unificação.

O Programa teve um rebaixamento de nota, de 6 para 4, na última avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) — “sem que a produção tivesse caído e sem que absolutamente nada tivesse sido drasticamente alterado”, relata Maria Sílvia. Depois de um mergulho no labirinto tecnoburocrático dos relatórios, os docentes chegaram à conclusão de que a causa do rebaixamento seria a alegada falta de

Fotos: Daniel Garcia

**Professora Maria Sílvia Betti**

produção científica de professores visitantes que ministraram algumas disciplinas. Ocorre que a produção deles não contava para o Programa, exatamente por se tratar de docentes visitantes. “Até que se entre com um recurso e se corrija tudo isso, cria-se uma delonga e geram-se sequelas a perder de vista. Isso é o exaurimento da forma pensante de trabalho. Você não pode dizer que se reconhece nesse trabalho. Não dessa forma”, continua Maria Sílvia.

O caso, que está longe de ser um exemplo isolado, ilustra bem como a preocupação com números e métricas permeia todos os campos da vida universitária na atualidade. Ao se pensar, por exemplo, num evento acadêmico voltado à graduação, logo se vislumbra integrar também os pós-graduandos (“porque a Capes valoriza bastante isso”, alguém dirá) e conseqüentemente alguns pontinhos serão somados para avaliações futuras. “E o papel pedagógico dessas iniciativas?”, questiona a professora. “As coordenações, no melhor espírito de defesa dos Pro-

**Professor Rodrigo Ricupero**

gramas, passam a ser os agentes desse grande sistema, sem muita possibilidade de intervenção”, concorda Rodrigo Ricupero, docente do Departamento de História da FFLCH. “O sistema vai ganhando vida própria”, continua o professor, que cita um caso bizarro na sua área: chegou-se a discutir a possibilidade de que os docentes e servidores não se debruçassem mais sobre os relatórios da Capes — tarefa que seria deixada apenas para análise dos computadores.

Na definição sugerida por Marcos Barbosa de Oliveira, docente aposentado pela Faculdade de Educação (FE) da USP e professor-colaborador no programa de pós-graduação em Filosofia na FFLCH, o produtivismo “designa as formas de administração do trabalho acadêmico que visam a aumentar a produtividade, mas têm conseqüências nefastas, não compensadas por esse aumento”. Oliveira cita aquelas que considera as principais conseqüências desse sistema: deterioração da qualidade de vida dos docentes-pes-

quisadores; incompatibilidade com o exercício da responsabilidade social na ciência, que pressupõe que o pesquisador tenha tempo e disponibilidade de energia para refletir sobre o significado social de seu trabalho; declínio na qualidade da produção; desvalorização da docência, especialmente no nível da graduação, que em sua visão se deve à dificuldade de quantificação das atividades docentes para além do número de aulas ministradas, pouco variável de professor para professor; e proliferação de desvios éticos (a propósito, vide artigo seu na p.66).

Outra consequência nefasta é a erosão da ideia de autoria, com aumento do número médio de colaboradores nos artigos publicados em coautoria. “No ano passado saiu o recordista: um artigo na área de Física com 5.154 autores”, aponta Oliveira. Há também o crescimento da prática de orientadores assinando artigos de orientandos, mais disseminada nas ciências naturais e que agora vem ganhando espaço também nas ciências sociais e humanidades.

Os tentáculos da quantificação, das métricas e dos *rankings* se espalham para além da Pós-Graduação. Maria Sílvia Betti observa: “A relação dos alunos de graduação com o curso já está muito contaminada pelo produtivismo. Eles se atolam de disciplinas para tentar se formar logo,



Professor Marcos Oliveira



Professor Luiz Roberto de Britto

mas não dão conta de tudo”. Rodrigo Ricupero estende o diagnóstico: “Se um aluno do primeiro ano pleiteia uma bolsa de iniciação científica, a primeira coisa que a burocracia exige é que ele abra um Currículo Lattes, mesmo sem ter nada para colocar ali. É claro que esse aluno já começa a desenvolver uma obsessão”.

De fato, o edital 2016-2017 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP cria vínculos entre a graduação e os critérios produtivistas da Pós ao estabelecer que o orientador do bolsista deve ter “expressiva produção científica, tecnológica ou artístico-cultural, divulgada nos principais veículos de comunicação da área nos últimos 5 anos”. O edital apresenta ainda um quadro para classificação

do orientador, que pode ser enquadrado nas categorias A, B, C, D e E a partir de critérios de produtividade individuais (como a apresentação de indicadores de atividade de pesquisa) e institucionais, como o conceito Capes do programa do qual faz parte. Ou seja: até a concessão de bolsas para que os estudantes façam sua iniciação no mundo da pesquisa já está contaminada pelo vírus do produtivismo (o edital está disponível em http://www.prp.usp.br/wp-content/uploads/sites/33/2014/04/Edital-PIBIC-2016_2017.pdf).

A “obsessão”, como define Ricupero, continua nos degraus seguintes da escada acadêmica: os recém-doutores estão sempre preocupados em saber se o seu currículo é suficiente para passar nos concursos e, uma vez aprovados, precisam enfrentar

“Se um aluno do primeiro ano pleiteia uma bolsa de iniciação científica, a primeira coisa que a burocracia exige é que ele abra um Currículo Lattes. Esse aluno já começa a desenvolver uma obsessão”, diz Rodrigo Ricupero, da FFLCH

Fotos: Daniel Garcia

**Professor João Zanetic**

os múltiplos relatórios das comissões internas da Universidade e das agências de fomento. “Em todas essas instâncias o que vale é a publicação em periódicos, nos quais o que importa é o ‘carimbo’ A1, A2 etc. Ninguém avalia a qualidade, que é sempre medida por inferências. Afinal, quem avalia os periódicos?” pergunta o docente da FFLCH. “Basta ler as revistas que se percebe que o critério é muito duvidoso. Há trabalhos muito bons em revistas mal-avaliadas e trabalhos menores em revistas bem-avaliadas”, diz. Para Ricupero, a noção de que se pode enquadrar em parâmetros quantitativos semelhantes áreas do conhecimento tão distintas “é uma fantasia”.

Falar sobre a realidade das exigências do produtivismo na Universidade parece ser um convite incô-

**Professor Marcos Napolitano**

modo. A *Revista Adusp* procurou coordenadores de comissões de Pós-Graduação de sete unidades da USP para saber, por exemplo, qual o prazo máximo para conclusão de mestrado e doutorado nos programas e para apresentação da qualificação, além de formular outras questões. Apenas um coordenador manifestou-se: Luiz Roberto Giorgetti de Britto, presidente da Comissão de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB). De acordo com Britto, na unidade os prazos máximos são de 30 meses para mestrado, 60 meses para doutorado e 72 meses para doutorado direto. A qualificação deve ser feita na metade de cada trajetória. “Em nosso meio, as publicações são parte imprescindível dos trabalhos de doutorado e mestrado. Dessa forma, as exigências da

Capes não afetam a nossa postura acadêmica”, respondeu.

Os representantes da FFLCH, da Escola Politécnica, do Instituto de Física (IF), do Instituto de Geociências (IGc), do Instituto de Matemática e Estatística (IME) e da FE não se manifestaram, assim como outros docentes de diversas unidades procurados pela revista. Professores entrevistados para esta reportagem deram informações específicas sobre os programas que integram em suas unidades. Há casos em que os prazos de conclusão chegam a 36 meses no mestrado e 60 no doutorado, mas eles parecem não representar a média da USP.

“Quase todos os programas dão 24 meses para o mestrado, sendo 12 para a qualificação”, diz Guilherme Mongelo, aluno do programa de doutorado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) e membro da direção da Associação de Pós-Graduandos da Capital (APG-USP Capital). “Isso é muito complicado porque em um ano só os alunos têm que fazer todas as disciplinas e ainda entregar o texto de qualificação. Creio que é o momento em que ocorre o maior número de desistências no mestrado”. No doutorado, a maior parte dos programas impõe o prazo máximo de 48 meses para conclusão, com qualificação em 24 (leia mais sobre a APG-USP Capital na p.130).

“Antes não havia essa preocupação em gerar rankings e todas essas doenças. A competição é uma característica do esporte, faz parte. Mas a universidade não é um jogo. Ela existe para construir conhecimento”, pondera João Zanetic, do IF

Professor sênior do Instituto de Física (IF) da USP, João Zanetic localiza na década de 1990 o início da exacerbação na ênfase em pontuações e no que qualifica como “avaliacionismo”. “Antes não havia essa preocupação em gerar *rankings* e todas essas doenças. Eu chamo de doenças”, diz. A expressão não vem por acaso, uma vez que cada vez mais doenças laborais vêm sendo associadas à atividade docente, tema que a *Revista Adusp* já abordou, por exemplo, na edição 48 (<http://www.adusp.org.br/files/revistas/48/r48a02.pdf>). Para Zanetic, está em vigor um modelo que estimula a competição e impõe à academia parâmetros do mundo empresarial — embora as universidades não sejam, ao menos em tese, empresas. “A competição é uma característica do esporte, faz parte do jogo. Mas a universidade não é um jogo. Ela existe para construir conhecimento da melhor forma possível”, pondera.

Para Marcos Napolitano, professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH, sem dúvida a pressão por publicações, por incrementos numéricos de relatórios institucionais e o olhar voltado para a avaliação da Capes atinge coordenadores e docentes dos programas. “Há critérios que são puramente quantitativos para credenciamento de docentes para participarem dos programas. Mas é preciso ter bom senso neste debate, pois acho que a crítica ao ‘produtivismo’ não deve ser a porta para desconsiderar o compromisso necessário de publicarmos regularmente os resultados de pesquisa.

Se o excesso de publicações pode prejudicar a qualidade dos artigos, estimulando repetições, autoplágios, textos com comentários gerais, pesquisas descritivas e sem relevância, por outro lado a falta de pressão também não garantiria artigos com qualidade acadêmica”, diz. “As publicações devem espelhar os resultados de pesquisa, e muitas vezes as condições de pesquisa não são adequadas.”

Consultor de avaliação da Pós-Graduação na Capes, Napolitano defende que é necessário haver equilíbrio entre avaliações quantitativas e qualitativas. “É preciso avaliar a qualidade e relevância dos projetos de pesquisa, o caráter informativo, inovador ou prospectivo dos artigos e livros, a qualidade das teses e dissertações”, afirma. Para o professor, medidas como redução no número de doutores ou de linhas de pesquisa dos Programas “são inevitáveis e podem ser traumáticas para o Programa e os indivíduos envolvidos”. “O importante é operá-las dentro de critérios transparentes, definidos pelos pares em colegiados, de preferência locais, acompanhados pelo colegiado da unidade, onde todos tenham voz e voto, e onde se compreenda ao máximo o processo de avaliação. Cada Programa deve encontrar seu caminho, sem prejuízo de lutarmos por mudanças nos critérios e paradigmas de avaliação geral para que os Programas possam explorar suas peculiaridades, sem buscar uma uniformização ou se imponham reformas que não levem em consideração suas características históricas”, completa.



Professor Ciro Correia

Marcos Barbosa de Oliveira ecoa a necessidade de estender o debate para além das medidas internas da USP, porque as pressões do produtivismo estão intimamente ligadas à distribuição de recursos financeiros das agências de fomento como Capes, CNPq e Fapesp. “Pouco ou nada tem sido discutido sobre os critérios de avaliação e sobre as instâncias que avaliam os docentes, principalmente as agências de fomento”, lembra. Oliveira relata que, em sua experiência na Pós-Graduação da FE, as avaliações que causavam mais insatisfação aos professores eram as da Capes, não as da USP.

Ainda que sofra intensa influência de instâncias externas, a USP sabe cultivar suas próprias formulações do aparato conceitual e ideológico que embasa o produtivismo acadêmico — como exemplifica o seu novo Regimento de Pós-Graduação, publicado em abril de 2013. Logo no artigo 1º, à definição tradicional de que “a pós-graduação *stricto sensu*, voltada para a geração do conhecimento,

destina-se à formação de docentes, pesquisadores e profissionais com amplo domínio de seu campo do saber” foi acrescida a “capacidade de liderança e inovação”. Para João Zanetic, é uma exigência que não faz sentido: “A finalidade da pós é fazer pesquisa, e não formar líderes. Líderes em quê?”, pergunta. “Imagine se Einstein fosse pensar na aplicação imediata do que ele pesquisava”, argumenta.

O movimento da Reitoria que mais radicaliza os preceitos do produtivismo, na opinião de Ciro Teixeira Correia, professor do IGc e por duas vezes presidente da Adusp, é a gênese da nova Comissão Permanente de Avaliação, a “Nova CPA”. A Reitoria conseguiu aprovar sua criação, juntamente com um inédito Estatuto do Docente, em reunião do Conselho Universitário (Co) no dia 8 de novembro. A “Nova CPA” estabelece, por exemplo, avaliação compulsória dos docentes a cada cinco anos, levando em conta principalmente o seu “projeto acadêmico”. Para Correia, esses regulamentos servem para impor mecanismos de controle e tutela sobre a atividade docente, estabelecendo parâmetros que ameaçam uma prerrogativa fundamental do serviço público — a estabilidade, que impede que o servidor fique à mercê dos mandos e desmandos do poder de plantão.

“Há anos denunciávamos que a Reitoria estava propondo isso sem dizer por quê. Agora o motivo está claro: tornar a Universidade um lugar que funcione mais para atender aos interesses do mercado, recebendo cada vez mais recursos privados”, diz Correia. “O que será dado como garantia às empresas de que o que foi contratado será executado? A ‘Nova CPA’, que vai fazer essa adequação. Se isso não acontecer, o docente sofre processo administrativo com possibilidade de exoneração. Agora as coisas casam.”

Correia move processo na Justiça contra a USP por não ter recebido progressão na carreira de professor associado I para III — no IGc, é o único docente desse segmento a ter seu pleito negado na Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD), em 2012 (leia sobre o caso em <http://www.adusp.org.br/index.php/ph/2646-tj-sp-rejeita-recurso-de-docente-contra-arbitrariedade>). Para o professor, trata-se de um “processo muito didático”, no qual o aviso claro é: “não se comporte como o professor Ciro. Quem se comportar dessa forma será devidamente enquadrado por esses mecanismos”. Na ação, o docente procura demonstrar que as razões da decisão da CCAD têm origem em per-

seguição política, e não em critérios acadêmicos, uma vez que goza de bom conceito na Congregação (que recomendou a progressão) e nas agências de fomento.

A *Revista Adusp* teve conhecimento de um caso recente em que um professor de uma das mais novas unidades da USP sofreu rebaixamento de regime pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) sob a alegação de baixa produtividade. Trata-se de uma área nova no ensino superior, ainda em consolidação, e cuja produção está muito associada ao mundo das escolas técnicas, não à esfera acadêmica de *papers* e congressos. Mas, para a burocracia uspiana, isso não importa: a quantificação é feita de acordo com critérios impostos a outras áreas. Procurado, o docente preferiu não se manifestar.

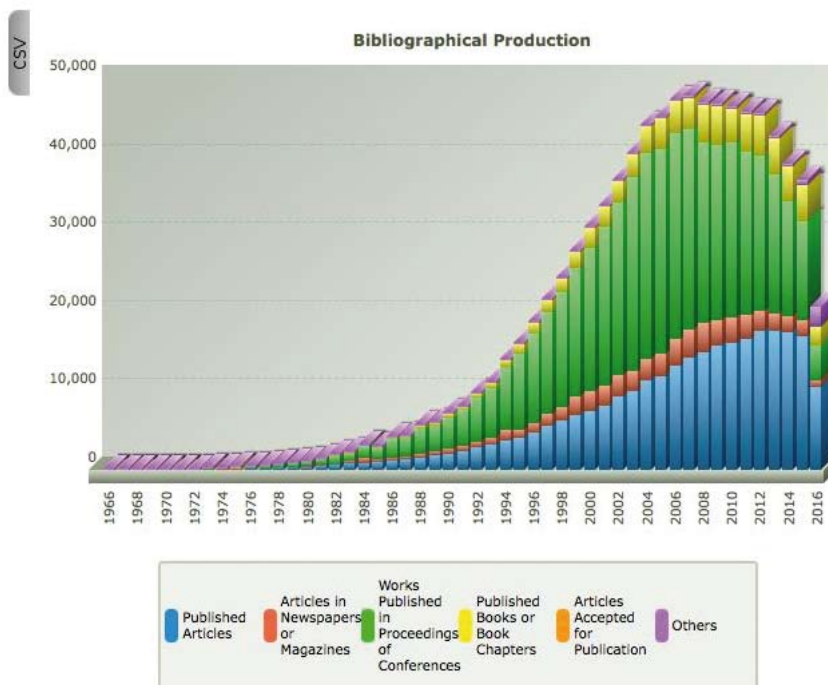
A lógica que sustenta o discurso e a prática do produtivismo vai muito além dos muros da USP e é perversa sob todos os aspectos, afirma Ciro Correia. “Se você começa a produzir em série, mesmo que sua universidade ou o país não articulem o conhecimento na área, alguém articula para você. Então as economias centrais, que filtram mais e têm mais infraestrutura logística e computacional, ligam os fragmentos que dão um salto no conhecimento”, explica. “Fazer isso as coloca numa posição de prota-

A Reitoria busca atrelar a USP aos interesses do mercado. “O que será dado como garantia às empresas de que o que foi contratado será executado? A Nova CPA”, nota Ciro Correia. Do contrário, o docente sofrerá processo e poderá ser exonerado

gonismo num mundo que depende cada vez mais desses saltos e de suas aplicações nos vários campos. E nós compramos esse modelo de dependência tranquilamente e de forma acrítica”.

É temerário — adjetivo adequado aos tempos — utilizar os mesmos critérios do produtivismo para discutir se, afinal, tanta pressão redundava de fato nos resultados que esse modelo busca. Mas mesmo o jogo jogado nesse campo demonstra que não, a partir de uma ferramenta oferecida pela própria USP. Na página eletrônica dos sistemas corporativos da Universidade, a ferramenta *weR_USP* representa em gráficos o número de artigos e outros itens levados em conta na produção científica do conjunto dos docentes. O gráfico mostra que a publicação de artigos atingiu seu pico por volta de 2011/2012, e vem caindo paulatinamente desde então. Já a quantidade de trabalhos apresentados em congressos

Graphics



Source: Lattes Platform.

internacionais tem queda sensível e constante na última década. “Menos participação em congressos hoje significa menos publicação amanhã, menos inserção no mundo

científico, menos um monte de coisas”, comenta Correia. Confrontado, portanto, com suas próprias métrica e régua, o produtivismo revela-se um vistoso furo n’água.

PARA PÓS-GRADUANDOS, “A QUALIDADE PERDEU O JOGO PARA A QUANTIDADE”

As mudanças institucionais em andamento na USP vêm transformando o caráter da produção científica, abalando o tripé de ensino, pesquisa e extensão que a caracterizava e atrelando cada vez mais sua pesquisa a interesses alheios à Universidade. O diagnóstico é feito por alunos de Pós-Graduação

que compõem a diretoria da Associação de Pós-Graduandos da Capital (APG-USP Capital), testemunham a aprovação desses processos como representantes discentes nos conselhos centrais da USP e sentem as suas consequências.

“Há uma diminuição no prazo para conclusão de mestrados

e doutorados, criação de cursos mais técnicos, muitos cursos pagos e especializações”, aponta Guilherme Mongelo, doutorando em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE). A pressão por mais produtividade se manifesta, por exemplo, no desestímulo ao mestrado e no incentivo ao dou-

Fotos: Daniel Garcia

**Guilherme Mongelo**

torado direto, que gera mais resultados de pesquisa e, portanto, propicia mais pontos nas avaliações e mais verbas aos programas e unidades. “Dessa forma se pulam etapas da formação”, diz Laura Furquim, também doutoranda no MAE. “A produtividade influencia na ‘moral’ dos programas frente às agências de fomento. A qualidade perdeu o jogo para a quantidade”.

A nota conferida pela Capes, reconhecem os pós-graduandos, tem um papel importante no sentido de forçar os Programas a possuir um determinado padrão de organização, mas ao mesmo tempo cumpre um papel nefasto na exigência, por exemplo, de um número cada vez maior de publicações, sem que elas reflitam necessariamente qualidade acadêmica. “Temos Programas ótimos com notas baixas e Programas muito ruins do ponto de vista da qualidade com notas al-

**Laura Furquim**

tíssimas. E nessa regra, seja para a Capes ou para a USP, quanto melhor se adequar ao sistema, mais dinheiro você vai ganhar. Vira um círculo vicioso”, afirma Mongelo.

Margarita Bobadilla, doutoranda na Escola Politécnica, acredita que nos programas da unidade “produtividade é uma questão chave”. “A maioria dos projetos está voltada ao mercado, às empresas. No caso da indústria, você não pode ficar pensando, elucubrando: tem que cumprir os prazos e produzir”, diz. A cobrança para publicar é feita sobre os docentes, mas todos sabem que eles não dão conta de tanto trabalho. Os reflexos, evidentemente, respingam nos alunos. “Em outras áreas a verba é cortada porque as próprias agências não priorizam o que não consideram que se enquadra nos padrões economicistas ou que siga uma determinada perspectiva

de desenvolvimento econômico”, completa Laura Furquim.

Os critérios para concessão de bolsas são outra fonte grave de problemas para os pós-graduandos. Sem o subsídio, muitos alunos concentram-se na conclusão das disciplinas e depois acabam retornando à sua cidade de origem ou arrumando emprego em tempo integral. Suas teses e dissertações são entregues nos prazos exigidos, mas a sensação é de que a pesquisa apresenta resultados abaixo do desejado. De acordo com os diretores da APG-USP Capital, muitos problemas burocráticos ou no sistema corporativo da USP levam a situações como corte de bolsas e desligamento de alunos. Quando o bolsista estoura o prazo de conclusão sem ter concluído o trabalho, é desligado do Programa e obrigado a devolver o valor recebido.

Para Guilherme Mongelo, a crise da Universidade “é eminentemente política”. “As coisas são apresentadas como pacotes fechados e decididas sem discussão”, diz. “Os problemas que os pós-graduandos vivem, tanto do ponto de vista do assédio da produtividade quanto desse ambiente cada vez mais ingrato para a produção de conhecimento, são decorrentes da conjuntura nacional, na qual são determinadas as verbas de Capes e CNPq, e dos problemas que a Universidade vive, de caráter muito mais político do que financeiro”.